

INVESTIGAÇÕES PRELIMINARES E A POLÍCIA JUDICIÁRIA NOS CRIMES DO "COLARINHO BRANCO"

FELIX FISCHER

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

Senhores ministros, senhoras ministras, senhores magistrados, advogados, membros do Ministério Público, estudantes e doutos integrantes da Mesa, Dr. Jorge Gustavo Serra de Macedo Costa, Dr. Eduardo Fernando Appio, Dr. Marcelo Zaturanski Nogueira Itagiba. Teremos, hoje, o início de uma seqüência de exposições a respeito de um tema que sempre preocupou aqueles que desejam uma melhoria da qualidade de vida no País e também um relacionamento mais sadio na sociedade: a questão da impunidade, muito ligada, no meu modo de ver, à chamada "cultura da corrupção". Afinal, sem esta não existiria esse grave problema da impunidade num nível tão intolerável na nossa sociedade, que nem de longe existe nos países com boa qualidade de vida. O que lá é exceção, aqui está num padrão muito elevado, que precisa ser erradicado custe o que custar, logicamente obedecendo às garantias individuais para que não haja erro, excesso ou inobservância de regras elementares estabelecidas na nossa Constituição.

Mas, de qualquer forma, hoje, o painel versa sobre as investigações preliminares e a polícia judiciária nos crimes de "colarinho branco". Tais crimes são praticados, em regra, por pessoas que se julgam acima da lei e que, de certa forma, historicamente, poderiam ter esse sentimento em virtude da impunidade com que agiam livremente. Hoje, com a modernização da repressão criminal, tem havido uma certa mudança e pelo menos conseguimos vislumbrar uma luz no final do túnel. Pode, nesse trajeto, ter ocorrido alguns excessos que devem ser combatidos, alguns equívocos que acontecem em qualquer atividade, mas, pelo menos, iniciou-se, nos últimos anos, o combate àquilo que é

intolerável, que é impossível coexistir com a ambição de uma melhor qualidade de vida.

Basta ver o problema que existe quanto à distribuição de renda decorrente de uma legislação tributária que favorece determinadas camadas da população em detrimento da grande massa. É assim também na repressão criminal, que antigamente era destinada tão somente ao cidadão sem nenhum "prestígio", em detrimento daqueles que cometem os piores crimes, que levam o País a uma estagnação total.

Neste painel, trataremos dos crimes do "colarinho branco". Está entre nós, para orgulho deste Tribunal, o Dr. Jorge Gustavo Serra de Macedo Costa, bacharel em Direito pela Universidade de Minas Gerais. Foi defensor público do Estado de Minas Gerais, professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e da Universidade de Itaúna e atualmente é juiz federal substituto da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

Também se apresentará o Dr. Eduardo Fernando Appio, mestre e doutor pela Universidade Federal de Santa Catarina e pós-doutorando em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Paraná, onde foi promotor de Justiça. Foi juiz de Direito no Rio Grande do Sul e hoje é juiz federal titular da 2ª Vara do Juizado Especial Federal de Londrina, tendo obras publicadas, dentre as quais Controle Judicial das Políticas Públicas no Brasil e Ação Civil Pública no Estado democrático de Direito, também teremos entre nós o Dr. Marcelo Zaturanski Nogueira Itagiba, pós-graduado em Ciências Políticas pela Universidade Renée Descartes, em Paris e bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Foi chefe da seção de fiscalização do tráfico internacional de serviços da polícia marítima, aérea e de fronteiras da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro e em São Paulo, entre outros; coordenador de inteligência do Departamento de Polícia Federal e, ainda,

superintendente regional da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro. Atualmente é secretário de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

Esses são os integrantes deste painel, que deverão expor a respeito da questão dos crimes do "colarinho branco".